

BALANÇO DA CONSTITUINTE

Os motivos de tantas brigas

VERA RAMOS
Da Editoria de Política

Até tapa na cara já aconteceu, mas a Constituinte não resolveu os temas polêmicos. Assuntos como duração do mandato do presidente Sarney, sistema de governo, reforma agrária e anistia continuam em suspense. E, tudo indica, somente serão definidos na reta final dos trabalhos, quando os embates entre progressistas e conservadores, direita e esquerda, nacionalistas e entreguistas, deverão se repetir.

Desde o início dos trabalhos das subcomissões, os constituintes se deparam com esses temas polêmicos que vêm polarizando as discussões da Assembleia Nacional Constituinte.

Na Comissão da Ordem Econômica, por exemplo,

onde a maioria dos constituintes que dela participaram pertence à ala mais conservadora, a briga ideológica entre as correntes políticas da direita e da esquerda, tem dificultado o trabalho do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, que ainda não obteve apoio suficiente para definir os critérios que nortearão a política fundiária da Nova Carta.

As divergências ideológicas entre progressistas e conservadores também têm inviabilizado qualquer acordo em relação à questão da estabilidade no emprego e a jornada de trabalho. Na Comissão da Ordem Social, onde a maioria dos constituintes defendia ideias mais avançadas, ao contrário do que ocorreu na Ordem Econômica, os arti-

gos relacionados aos direitos dos trabalhadores ainda deverão suscitar inúmeras discussões entre os constituintes. É o exemplo da Reforma Agrária, a decisão final deverá ser em plenário, já que as tentativas de obter consenso têm sido inócuas.

A briga ideológica, porém, não se restringiu aos conservadores da Comissão da Ordem Econômica e aos progressistas que se aglutinaram na Comissão da Ordem Social. Na subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, o relator, deputada Cristina Tavares, ao estabelecer que as concessões de canais de rádio e televisão teriam que ser aprovadas pelo Congresso Nacional, iniciou uma polêmica ainda sem uma solução de consenso.

Também na Comissão da Ordem Social, mais especificamente na subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, os constituintes aprovaram, nas disposições transitórias, um artigo concedendo anistia ampla e irrestrita a todos que foram punidos, por motivação política, no período entre 18 de setembro de 1946 a 1º de fevereiro de 1967. A reação da área militar foi imediata: a anistia é coisa do passado. Não há por que ampliar o que foi já dado.

Além dessas questões, os constituintes também mostram-se céticos em relação a um consenso sobre o período de mandato do presidente José Sarney e o futuro regime de governo: presidencialismo ou parlamentarismo. A indefinição sobre quantos anos Sarney

deve governar o País acirrou ainda mais os ânimos dos parlamentares quando o Presidente da República, decidiu isoladamente, reduzir o seu próprio mandato de seis para cinco anos, em pronunciamento feito à Nação há 4 meses. Dentro do PMDB, a divergência de opiniões tem emperrado os trabalhos constitucionais e já há quem acredite que o mandato do presidente Sarney será definido pela própria política econômica do Governo. Se der certo, fica, caso contrário, os brasileiros poderão reivindicar o direito de ir às urnas em 88. E, na esteira dessa discussão, os Constituintes presidencialistas, de um lado, e parlamentaristas, de outro, se degladiam tentando uma definição sobre qual o regime de governo mais apropriado para o Brasil.

EUGENIO NOVAES



Relatores-adjuntos e membros da cúpula fazem o trabalho a portas fechadas

Os temas polêmicos que estão sendo negociados



REFORMA AGRÁRIA

Na primeira fase — a subcomissão — o anteprojeto do relator deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE) foi prontamente rejeitado pela ala conservadora que tinha a maioria no grupo. Como contra-ataque surgiu o substitutivo do deputado Rosa Prata (PMDB-MG), onde se destacou a definição de função social do imóvel, quando é racionalmente aproveitada; preserva o meio ambiente; e propicia o bom-estar dos proprietários e trabalhadores. Nessa leva, criou-se também as varas especiais para dirimir os conflitos.

Já na Comissão da Ordem Econômica — a fase seguinte — de nada adiantou a peregrinação do senador Severo Gomes ouvindo as classes interessadas na questão. Seu anteprojeto também não passou pelo crivo dos conservadores, o que resultou daí foram critérios elásticos quanto para definir produtividade e a ideia de que não podem ser desapropriadas terras que estejam em curso de serem aproveitadas. Imissão imediata de posse, nem de longe. Bernardo Cabral conservou este texto que veio da Comissão. Integralmente.

ESTABILIDADE

Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos: jornada de trabalho de 40 horas, com duração máxima de oito horas por dia, estabilidade no emprego outorgada ao trabalhador desde a admissão, salvo em caso de falta grave comprovada judicialmente, e permite o contrato de 90 dias de experiência.

Comissão da Ordem Social: Mantém a jornada de 40 horas por semana e altera a redação sobre estabilidade, que passou a ter o seguinte texto: "são assegurados aos trabalhadores urbanos, rurais e aos servidores públicos federais, estaduais e municipais os seguintes direitos: garantia ao trabalho mediante relação de emprego estável, ressalvados: contrato a termo, ocorrência de falta grave comprovada, prazos definidos em contratos de experiência, e superveniência de fato econômico intransponível, técnico ou de infortúnio da empresa, sujeito a comprovação judicial".

Comissão de Sistematização: Mantém a jornada de 40 horas e a estabilidade (muda apenas o contrato a termo, fixando o máximo de dois anos).



COMUNICAÇÃO

Concessão de rádio e televisão foi o tema que polarizou as discussões dos constituintes na Subcomissão de Comunicação. O relator, deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) conseguiu aprovar mais da metade de seu anteprojeto, mas a criação do Conselho Nacional de Comunicação foi rejeitada.

Os conservadores mantêm o Executivo com o poder de outorgar as concessões, referendados pelo Congresso. Por pouco Cristina Tavares não perdeu o cargo de relator.

Na Comissão de Família, Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação a discussão em torno do Conselho Nacional de Comunicação continuou dividindo os constituintes. O relator Artur da Távola tentou uma articulação, apresentando dois relatórios, ambos rejeitados. Um deles previa que a concessão de canais seria com referendo do Congresso. Na Sistematização ficou estabelecido que as concessões seriam outorgadas pelo Executivo, referendado pelo Congresso, ouvido o Conselho.



ANISTIA

A anistia ampla e irrestrita para todos os punidos de setembro de 46 até fevereiro de 87, com a reintegração no serviço ativo e a remuneração total de todos os vencimentos, vantagens e gratificações com valores corrigidos a contar da data da punição, foi o bastante para irritar toda a área militar e refletir com grande força entre os constituintes. Logo a determinação da subcomissão foi abandonada em seus termos por um ato conciliatório do senador Almir Gabriel, relator da subcomissão da Ordem Social. Mesmo com a reintegração excluída, as Forças Armadas permanecem renitentes em dar as vantagens às quais o cassado teria direito como promoções. Como o relator Bernardo Cabral também não meceu em uma linha que saiu da Comissão da Ordem Social, presume-se que muito ainda há para se discutir, tendo de um lado a representação dos mandatários militares, e do outro, as associações de ex-integrantes do Exército, Marinha e Aeronáutica cassados por motivações políticas, atos institucionais ou qualquer diploma legal.



MANDATO

Subcomissão de Poder Executivo: O relator, senador José Fogaca, tentou introduzir um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, porém, o Centro Democrático, que era maioria na subcomissão, derrubou a proposta de Fogaca. Aliado com os parlamentaristas o Centro Democrático aprovou cinco anos de mandato presidencial e o parlamentarismo.

Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo: O relator da Comissão, deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) tentou passar um mandato de quatro anos. No entanto, os parlamentaristas eram maioria em torno de cinco de mandato, Egidio Ferreira Lima aceitou a negociação, fixando cinco anos de mandato e o parlamentarismo.

Comissão de Sistematização: O relator Bernardo Cabral acolheu os cinco anos de mandato para o presidente José Sarney e o sistema de governo seria mesmo o parlamentarismo.

Grande vazio na Sistematização

AFONSO COZZOLINO
Da Editoria de Política

A Comissão de Sistematização, instalada no dia 9 de abril e desde o início dos trabalhos constitucionais apontada como a principal Comissão da Assembleia, teve seus trabalhos esvaziados. Até hoje, em 32 reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas ora no auditório Nereu Ramos, ora no plenário do Senado e ultimamente no plenário da Câmara, poucas decisões foram tomadas. Na realidade, as verdadeiras reuniões da Comissão ocorreram não nessas salas, mas em casas de constituintes, em gabinetes, na biblioteca da Câmara, no Prodasen e no Banco do Brasil. Foram esses os locais escolhidos pelos constituintes que tomaram a frente do trabalho da Comissão para a realização de reuniões, a partir da primeira quinzena de junho, quando as oito comissões temáticas da Assembleia concluíram seus relatórios.

Articulados em diversos grupos, os constituintes procuraram, através da negociação, garantir no texto constitucional os interesses por eles defendidos. O festival de grupos começou no início de junho, quando o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, apontou oito relatores auxiliares e quatro adjuntos, para ajudá-lo na tarefa de compatibilizar os relatórios das comissões temáticas. Os adjuntos — logo denominados grupo dos quatro — iriam fazer um trabalho de compatibilização do ponto de vista do PMDB. Reunidos no Prodasen, os senadores Fernando Henrique Cardoso, José Ignácio Ferreira e Wilson Martins e o deputado Nelson Jobim usaram computadores para cortar artigos, eliminar repetições, dispensar redundâncias. A um quilômetro dali, os auxiliares — denominados grupo dos oito — faziam serviço semelhante, mas de caráter suprapartidário e manualmente. Seus integrantes eram os deputados Adolpho de Oliveira, Antônio Carlos Konder Reis, Sandra Cavalcanti, Vivaldo Barbosa, Renato Vianna, Joaquim Bevilacqua e Nilson Gibson, além do senador Virgílio Távola.

se uma centena de parlamentares.

O grupo de Richa ficou encarregado de debater os pontos considerados polêmicos e apontar os caminhos a serem seguidos. Deixou de lado, entretanto, dois pontos, a duração do mandato do presidente José Sarney e o sistema de Governo. Já o grupo de Scalco realizou uma tarefa talvez menos complexa, mas certamente mais longa: enxugar o texto do projeto, reduzindo-o para apenas 250 artigos. Com esses dois trabalhos e tendo em mãos novas emendas de constituintes e propostas de emendas populares, Bernardo Cabral passou, finalmente, à tarefa de elaborar o seu projeto de Constituição.

Para tanto, o relator acoupeu um gabinete longe do Congresso, na sede do Banco do Brasil, onde se realizaram sucessivas reuniões nas últimas semanas. Cabral nomeou novos relatores adjuntos — os senadores Fernando Henrique Cardoso e José Ignácio Ferreira e os deputados Antônio Brito, Euclides Scalco, Vivaldo Barbosa, Adolpho de Oliveira e José Serra, além de aceitar a colaboração de parlamentares de outros partidos e de ouvir ministros, como os do Trabalho, Almir Pazzianotto, e da Saúde, Roberto Santos. O resultado dessa etapa foi o trabalho apresentado na sexta-feira aos líderes partidários, em forma de esboço.

Independente desses grupos oficiais de auxílio, outros se formaram na Constituinte, ao longo de meses de trabalho. O Centro Democrático, integrado por parlamentares de centro-direita, preparou um minucioso grupo de emendas para modificar o projeto de Constituição saído das Comissões Temáticas. O Centro, na verdade, pretendia apresentar um substitutivo, mas tal procedimento não é previsto no Regimento da Comissão de Sistematização. Alguns partidos, como o PT, o PDT e o PCB, encaminharam ao relator Bernardo Cabral suas propostas fechadas de Constituição. Além disso, o presidente do PFL, senador Marco Maciel, buscou, através de sucessivas reuniões com líderes partidários, um pacto dentro da Constituinte.

Observando toda essa movimentação, a Comissão de Sistematização — que teve suas 93 vagas disputadíssimas — praticamente nada fazia. Não foram poucas as reuniões convocadas nas quais faltou quórum para deliberação a respeito de matérias postas. Resultado: em quatro meses, além da aprovação do Regimento Interno, a Comissão tomou apenas três decisões. Recebeu e deu encaminhamento às propostas de emendas populares; aprovou o anteprojeto de Constituição elaborado pelas Comissões Temáticas; decidiu-se favoravelmente à proposta do deputado Paulo Ramos de

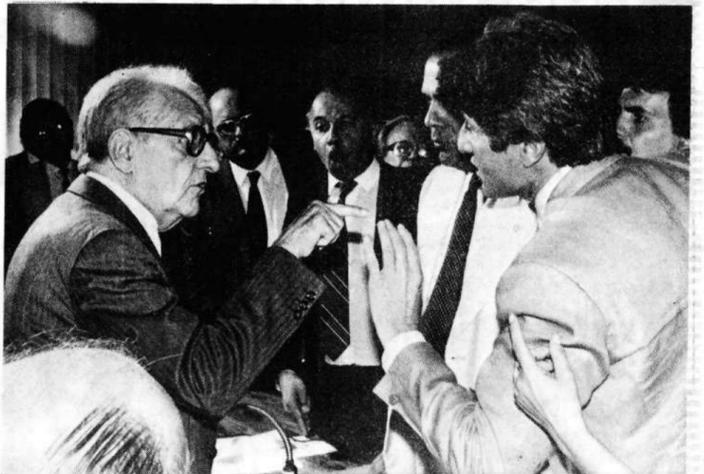
proibir a conversão da dívida externa em capital de risco.

Em contrapartida, a Comissão não se manifestou sobre a proposta do deputado Virgílio Guimarães de realizar plebiscitos para referendar determinados capítulos da nova Constituição. Não votou projeto de decisão do deputado Arnaldo Faria de Sá marcando eleições diretas para presidente em 1988 não apreciou projeto do senador Iran Saraiva no sentido de tornar obrigatória a transmissão, via rádio e televisão, das votações na Constituinte, entre outras questões.

Ao lado do trabalho da Sistematização, a Constituinte continuou a realizar reuniões diárias para discutir o projeto de Constituição. As sessões — quase sempre vazias — não chegaram a motivar os parlamentares ou o povo. Este não compareceu às galerias. Aqueles entraram em recesso por conta própria. Uma nova tentativa de promover o debate partiu de parlamentares de esquerda, que pediram — e conseguiram — a realização de nove sessões noturnas extraordinárias para debater temas polêmicos específicos. Mas as sessões também não obtiveram o sucesso esperado.

PASSOS

Ainda dentro da etapa dos trabalhos da Sistematização, são os seguintes os passos de tramitação do projeto de Constituição: neste domingo o relator Bernardo Cabral concluiu seu substitutivo ao projeto de Constituição. Amanhã será publicado e distribuído o parecer do relator. Entre os dias 25 e 30 de agosto haverá a discussão do parecer, que poderá também ser emendado. Nesse período um subscritor de Emenda Popular poderá defendê-la como se constituinte fosse. Do dia 31 de agosto a 7 de setembro corre o prazo para Bernardo Cabral oferecer parecer sobre as emendas apresentadas ao substitutivo. Os dois dias seguintes são reservados para a publicação e distribuição desse parecer. No dia 10 de setembro, os constituintes poderão apresentar pedidos de votação de emendas em destaque. Entre os dias 11 e 16 haverá a votação da matéria, por títulos ou capítulos, ressalvados os destaques. Finalmente, no dia 17 de setembro a Comissão de Sistematização enviará à Mesa da Assembleia Nacional Constituinte o substitutivo por ela aprovado, acompanhado do projeto de constituinte original e de todas as emendas, com seus respectivos pareceres, para votação em primeiro turno no Plenário da Constituinte.



Hermes Zanetti quis discutir a dívida externa, mas a maioria rejeitou